

peçoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	4.702.462,29	4.751.804,14	4.804.435,95	7.234,14	7.050.440,35	4.681.892,82	4.612.937,65	4.656.026,17	4.661.503,00	4.805.606,14	4.609.222,21	4.588.229,21	53.931.794,07	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		46.972,82		7.234,14									54.206,96	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.702.462,29	4.704.831,32	4.804.435,95		7.050.440,35	4.681.892,82	4.612.937,65	4.656.026,17	4.661.503,00	4.805.606,14	4.609.222,21	4.588.229,21	53.877.587,11	
DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL (III = I - II)	16.943.057,54	16.959.544,55	27.876.513,57	26.038.735,49	22.992.321,44	16.504.971,95	17.758.569,42	17.808.429,03	17.056.858,46	17.466.154,27	17.617.158,38	17.653.068,38	232.675.382,48	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84	-
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	232.675.382,48	0,030411
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	341.515.178,08	0,044636
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	324.439.419,17	0,042404
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	307.363.660,27	0,040172

FONTE: SIAFI e COORC/SOF/TRE-RS. Emitido em 22/09/2020 às 17h e 20m

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 504, de 21 de setembro de 2020.
3. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

ANEXO II
UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2019 A AGOSTO DE 2020

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	286.607.176,55
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	53.931.794,07
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	232.675.382,48

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)		765.111.520.022,84	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100		0,030411%	
		% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,044764%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,044719%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2: -	
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,044636%
	Justiça do Trabalho / ATO Conjunto TST. CSJT/2015		

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. André Luiz Planella Villarinho
Presidente

Josemar dos Santos Riesgo
Diretor-Geral

Francisco Alexandre B. Kausch
Gestor Financeiro

Herbert Dias Miranda
Auditoria Interna